



Jornal FNE Edição 55 – Dez/06

Alertas e Controles

Engenheiro traz nesta edição uma advertência fundamental para o futuro da humanidade: o padrão de consumo de recursos naturais e de poluição, associado às gritantes desigualdades sociais, torna a vida no planeta insustentável. Quem faz o alerta é o professor e especialista em meio ambiente Mohamed Habib, que propõe uma mudança radical no modelo de desenvolvimento e a redistribuição das riquezas.

Nessa discussão sobre preservação versus crescimento econômico, inserem-se as usinas nos rios Madeira e Xingu, que continuam no papel, embora sejam consideradas essenciais para aumentar a oferta de energia necessária ao Brasil. As questões levantadas por especialistas, governo e ambientalistas indicam a clara necessidade de a sociedade tratar de forma transparente a questão e buscar a melhor solução para o interesse público.

Duas propostas surgidas recentemente apontam para possíveis atentados contra o bolso do contribuinte e sua privacidade. Uma é a instalação de chips nos automóveis, determinada pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito), que permitirá aumento na arrecadação com IPVA e licenciamento e implementação de pedágio urbano. Outra é o projeto de lei retirado da Comissão de Constituição e Justiça do Senado que visa tipificar os crimes cometidos na Internet. No intuito de impedir as infrações, corre o risco de tratar a todos como criminosos e colocar os internautas sob vigilância.

Em C&T, a verba liberada pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) para inovação tecnológica nas empresas, que deve beneficiar também as pequenas e pesquisadores. E ainda, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O Estado do Tocantins conta com cerca de 2.500 profissionais da engenharia. Desses, aproximadamente 30% trabalham no serviço público e 70%, na iniciativa privada. O grande gargalo enfrentado pela classe tem sido a remuneração, tendo em vista que ambos os setores desrespeitam a Lei 4.950-A/66, que regulamenta o piso salarial da categoria. Algumas empresas, raras exceções, pagam o mínimo estipulado, mas os servidores do Estado amargam um salário de R\$ 2.020,00.

Nos últimos seis anos, o Seageto vem travando uma batalha com empresas privadas e o governo para que cumpram a legislação. Infelizmente, o resultado não tem sido o desejado, sendo necessária ainda uma longa batalha.

O sindicato vem trabalhando com a idéia de formular um plano de cargos, carreiras e salários condizente com a realidade do setor. Viabilizar tal proposta certamente exigirá a mobilização e união dos profissionais. Apenas conjuntamente será possível à categoria conquistar e manter aquilo que lhe é de direito.

Com esse norte, em outubro último, foi realizada uma assembléia com a finalidade de discutir estratégias para prosseguirmos as negociações com o governo estadual e com o do município de Palmas. Acreditamos que desta vez o problema será resolvido definitivamente.

João Alberto Rodrigues Aragão é presidente do Seageto

(Sindicato dos Engenheiros, Geólogos e Arquitetos no Estado do Tocantins)

ENGENHARIA

Em cinco anos, todos os carros que circulam em território nacional deverão ter instalados chips que permitirão seu controle e fiscalização onde quer que estejam. É o que define a Resolução 212, de 13 de novembro último, aprovada pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito), a qual dispõe sobre a implantação do chamado Siniav (Sistema de Identificação Automática de Veículos). Para o professor do Departamento de Automação e Sistemas da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Werner Kraus Junior, preocupa que isso tenha sido feito sem ampla consulta.

Baseado na tecnologia de identificação por radiofrequência (na sigla em inglês RFID), conforme a resolução, o Siniav será composto por placas eletrônicas instaladas nos veículos, antenas que recebem e transmitem dados a essas no momento da passagem dos carros pela área de abrangência dos sensores e por sistemas de apoio, como de transmissão e processamento de

dados. As antenas devem, entre outras características, “ter capacidade de leitura e gravação a uma distância mínima de cinco metros”. A partir da implantação no Estado, as placas serão fixadas, por ocasião do licenciamento, no lado interno do pára-brisa dianteiro dos veículos e, se removidas indevidamente, vão se tornar inoperantes. Segundo o coordenador geral de Planejamento Normativo e Estratégico do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), Mauro Mazzamati, cada Estado poderá ter seu próprio sistema, desde que interoperável com os demais e homologado por esse órgão federal. Em alguns locais, como no município de São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro, os estudos para adoção da tecnologia estão mais avançados.

De acordo com a Associação ECR Brasil – que reúne quase cem empresas globais–, no mundo, a tecnologia, também conhecida como “etiqueta inteligente”, é utilizada em 76 países, para os mais diversos fins. No Brasil, deve ganhar impulso a partir de 2008. Segundo o superintendente da entidade, Claudio Czapski, o chip é o mesmo usado no sistema “Sem Parar” dos pedágios rodoviários. “Nele, é gravado um número único de identificação.” Esse, ainda conforme a explicação, é emitido por ondas para a atmosfera, captadas por um leitor de radiofrequência.

Pedágio

A expectativa do Denatran, segundo seu coordenador, é que diminua o furto de veículos e cargas, haja maior controle e fiscalização das ações voltadas à mobilidade urbana e regularize-se a situação de carros com licenciamento e IPVA em atraso. “Hoje, 30% da frota nacional, que reúne 43 milhões de veículos, não cumpre com suas obrigações.” A estimativa, conforme ele, é que os cofres públicos estejam deixando de arrecadar em torno de R\$ 13 bilhões. Para Paulo Cesar Marques da Silva, professor de engenharia de tráfego da UnB (Universidade de Brasília), a perspectiva ainda é que caiam os valores dos seguros de veículos, uma vez que a circulação se tornará mais segura. Sobre a possibilidade de que, no caso de furto, retire-se a placa para não possibilitar a identificação, Mazzamati reconhece que o “instrumento pode ser vulnerável”. Para identificar a falta da etiqueta, “o sistema deve ter equipamentos complementares, como radares”.

As aplicações da tecnologia são inúmeras. Pode servir ao planejamento e gerenciamento do tráfego de modo mais eficiente, enfatiza Alberto Rostand Lanverly, professor da Ufal (Universidade Federal de Alagoas) e representante da instituição no Conselho de Trânsito de Maceió. Seria possível, por exemplo, definir o quadrante em que um veículo precisaria circular para se deslocar, com base na sua rota diária. “A pessoa não poderia influenciar as ruas locais, teria que seguir pelo anel viário e vias arteriais”, ilustra. A menos que pagasse para fugir do percurso pré-determinado. Estaria aberto o caminho à instalação de pedágios urbanos nos grandes centros. Mazzamati admite que essa é uma das aplicações permitidas pela tecnologia. O sistema, segundo ele, propicia a realização de pesquisas de origem-destino, estudos de demanda, logística e velocidade média e mesmo o controle de rodízios de veículos de forma mais eficaz.

Para Silva, o impasse é o ônus da medida. “O Ministério (das Cidades) tem dito que não haverá custo ao usuário, mas essa parte não está explícita na resolução. Não sei como vai funcionar nos órgãos estaduais, se vai resultar em aumento da taxa de licenciamento.”

Além de quem vai pagar a conta, o problema, para Kraus, é a perda de privacidade. Embora os dados devam ser protegidos por criptografia e mantidos em sigilo pelo Estado, como reza a resolução, fato é que “aumenta a possibilidade de vigilância do cidadão pelo poder público. Por essa razão, a tecnologia não tem sido adotada em outros países. Aqui, as pessoas não estão tão alertas”.

POLÍTICA

Após receber um bombardeio de críticas, o projeto de lei do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que objetiva atualizar os Códigos Penal e Militar, tipificando crimes cibernéticos, foi retirado da pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 8 de novembro. A proposta agora será discutida em audiências públicas antes de voltar à apreciação do Congresso. O polêmico texto define penas a atos como criar, inserir ou difundir vírus ou códigos maliciosos. Realizar ou permitir o acesso indevido à Internet, violar informações colocadas em bancos de dados, falsificar cartão de crédito ou débito, atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública, como de água, luz e telecomunicações, estão ainda no rol sujeito a sanções.

Como instrumento para combater esses crimes, obriga, entre outras disposições, a manutenção pelos provedores do registro de todas as conexões feitas por, no máximo, dois anos. Além da identificação dos usuários da Internet. Segundo explica Thiago Tavares Nunes de Oliveira, presidente da ONG Safernet Brasil (Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos), como cada local tem um provedor diferente, quem quiser utilizar a rede por exemplo em um shopping, aeroporto, hotel ou universidade terá que realizar seu cadastro. A alternativa, conforme informa o parlamentar em seu parecer, é utilizar “instrumentos digitais que garantam a autenticação e integridade dos arquivos e mensagens que trafegam na rede ou o uso de entidades de dados de identificação de usuário já existentes que tenham sido constituídas de maneira presencial. Esperamos, assim, que a norma estimule a celebração de convênios entre aqueles que tornam possível o acesso à rede de computadores e as organizações detentoras de cadastros”. Conforme o presidente da Safernet, em outras palavras, significa que quem não quiser passar pela burocracia de se identificar em cada local de acesso terá que comprar um certificado digital de uma empresa de tecnologia da informação – cujo custo é estimado em R\$ 300,00 por ano. Esse seria o ônus ao cidadão para se cadastrar apenas uma vez. “Beneficia empresas que vão vender softwares para gerenciamento de cadastros e penaliza o usuário comum”, afirma Oliveira.

Culpados por suspeita

Na sua ótica, a medida impacta sobre a inclusão digital, ao dificultar o acesso à Internet. Assim, considera que a proposta – elaborada em substituição a projetos relativos ao tema – precisa passar por profundas modificações. Para Antônio Tavares, presidente da Abranet (Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet) e conselheiro do Comitê Gestor da Internet, o projeto é impreciso e contém exageros. “Seu equívoco essencial é considerar todo internauta um criminoso em potencial, que precisa ser patrulhado de alguma forma. Temos 32,5 milhões de usuários da rede no Brasil, é evidente que nesse meio existam pedófilos, racistas, assaltantes. Mas a esmagadora maioria usa a Internet de forma lícita”, salienta o presidente da Safernet.

Além disso, conforme ele, a medida não é eficaz para fazer frente aos delitos cibernéticos. Na sua análise, quem tiver intenção de praticar tais atos não vai se cadastrar e pode burlar a legislação nacional utilizando provedores estrangeiros. “O combate ao crime jamais vai passar pela restrição ou controle de acesso à rede”, conclui. Sem contar que, como lembra Oliveira, não é verdade que a Internet é terra de ninguém, sem regras. “Noventa e cinco por cento dos crimes a que se refere a medida já estão tipificados no Código Penal. Não há necessidade de lei genérica, mas talvez apenas uma específica que trate da difusão do vírus eletrônico”, atesta o presidente da Abranet. Nesse sentido, ele é categórico: “O projeto está absolutamente errado, é desnecessário e inócuo. A lei seria inaplicável.”

Para o senador Azeredo, o texto foi mal entendido em alguns pontos. “Não visa o controle da Internet e está de acordo com a Convenção de Budapeste (sobre o Cibercrime). Não há nada que fira a privacidade e o direito à livre expressão, nem que possa impactar a inclusão digital. E a avaliação de que 95% dos crimes já estão cobertos pela legislação brasileira é incorreta. Juízes têm que usar analogias.” Apesar das divergências, o parlamentar já sinalizou que aceita levar ao Congresso “eventualmente o que é consenso, para aprovação mais rápida, e deixar o resto para depois”. A sobra, no entanto, deve motivar outra queda-de-braço, já que especialistas não dão a entender que possa haver algo a aproveitar.

Mas qual a receita para reduzir ou evitar crimes cibernéticos, dos quais a Safernet recebeu mais de 240 mil denúncias neste ano? O presidente da ONG responde: “A solução do problema demanda a participação de todos os atores da sociedade. Que o Judiciário julgue, os provedores promovam campanhas de conscientização, os órgãos de regulação e governança da Internet tornem-se mais efetivos, o Poder Executivo invista em polícias, crie divisões especializadas – como as que já existem em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais e Brasília. E o usuário denuncie.” Um canal para tanto é disponibilizado por essa organização no site www.denunciar.org.br

CRESCE BRASIL

Promessas de campanha do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, as usinas hidroelétricas de Belo Monte e no Rio Madeira, ao Norte do País, devem sair do papel nos próximos anos caso se opte por um projeto de desenvolvimento. “Isso é imprescindível se o Brasil quiser crescer a taxa superior à mediocridade atual”, confirma o engenheiro e consultor Carlos Monte, coordenador técnico do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e discutido em toda a Nação ao longo do ano, esse defende plataforma nacional de desenvolvimento com justiça social e originou manifesto que reúne as propostas da categoria para tanto. No capítulo sobre Energia, o documento – que aponta o crescimento mínimo necessário ao Brasil de 6% ao ano – recomenda uma série de ações para sustentar essa proposta. Entre as alternativas à manutenção do cenário favorável a partir de 2010, a construção das usinas localizadas nos rios Madeira e Xingu. “Deve ser ressaltado que a condução desse programa implica o enfrentamento e superação de entraves ambientais de monta”, conclui o manifesto.

As usinas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, entre Porto Velho e Abunã, no Estado de Rondônia, poderão produzir juntas, no total, 6.450MW, divulga a assessoria de imprensa da EPE (Empresa de Pesquisa Energética). A estimativa é que a licença ambiental prévia seja emitida pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) até o início do próximo ano e leilão de concessão ocorra no primeiro semestre de 2007. Confirmados esses prazos, ainda de acordo com a assessoria, deve entrar em operação em 2012. Ambas usinas devem demandar investimento aproximado de R\$ 18 bilhões – afora o sistema de transmissão, que exigirá em torno de R\$ 9 bilhões.

O projeto de Belo Monte, na Volta Grande do Rio Xingu, próximo à cidade de Altamira, no Pará, prevê cerca de 11.000MW de capacidade instalada e início da geração com metade desse potencial. Em discussão há cerca de 20 anos, a hidroelétrica pode começar a funcionar em 2014, em cumprimento ao Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015 da EPE. Para tanto, contudo, o Governo precisará derrubar liminar que suspendeu os estudos preparatórios.

Controvérsias

Procurador da República no Pará responsável pela ação que garantiu esse resultado, Felício Pontes justifica a medida: “É recurso hidroelétrico em terra indígena e a Constituição exige que essa comunidade seja ouvida. O Congresso Nacional autorizou o estudo sem que isso acontecesse.” Ele prevê um “cenário catastrófico” na região, caso a obra seja levada adiante. “A comunicação dos igarapés com o Rio Xingu vai ser prejudicada. É uma região muito populosa e acredito que vai faltar água às populações ribeirinhas. A jusante da barragem haverá água de menos.” Sob o título “Tenotã-Mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu”, livro organizado pelo engenheiro e professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Osvaldo Sevá Filho, destaca que seriam afetadas 3.200

famílias pelo projeto. Entre as conseqüências ambientais enumeradas pela obra, consta o alagamento de algumas regiões enquanto outras secariam, o que interferiria em todo o ecossistema. “O futuro da região ficaria comprometido”, acredita Sevá.

Além disso, baseando-se em “simulação do passado” – se a usina estivesse funcionando de 1931 a 1996 –, ele afirma que teria produzido nos meses secos mais favoráveis 1.300MW. Nos períodos de maior abundância, “poderia também despachar excedentes sazonais para o Nordeste ou Centro-Sul, mas isso dependeria de como estivesse despachando a usina de Tucuruí e da capacidade operacional de transmissão das atuais interligações Norte-Sul I e II”, divulga no livro. Em artigo de sua autoria, o engenheiro Paulo Fernando Vieira Souto Rezende, coordenador dos estudos de Belo Monte na Eletrobrás, garante que  possível alcançar 4.796MW médios de energia firme, sem depender de nenhuma regularização. E nos períodos de cheias do Xingu, a geração de energia seria elevada em Belo Monte, permitindo que várias hidroelétricas em outras regiões do País poupassem água em seus reservatórios para utilização no período seco. Pelo projeto, “nos meses em que Belo Monte diminui a sua geração (quando a vazão natural se reduz), o restante do Sistema Interligado Nacional supre a demanda”.

No caso de Madeira, o procurador da República de Rondônia, Heitor Alves Soares, também ingressou com liminar que visava suspender as audiências públicas, a qual foi cassada. Segundo ele, havia deficiências várias no estudo sobre impactos socioambientais, incluindo questões relativas a fauna e alagamentos.

Amilcar Guerreiro, diretor de estudos econmicos e energéticos da EPE, assegura que não haverá inundações no Rio Madeira. E lembra que, de todo o potencial hidroelétrico brasileiro, metade está na Região Amazônica, com menos de 1% de aproveitamento. Diferentemente de outras localidades, em que os projetos do gnero se concentraram. “Na Bacia do Rio Paraná, há mais de 70% de aproveitamento.

Na do São Francisco, o ndice é superior a 60%.” Agora, o governo busca, conforme ele, o potencial mais distante, até porque há um esgotamento de outros. Com a vantagem de levar desenvolvimento  região, já que energia está intimamente ligada a isso – e de modo sustentável. “Claro que não é de qualquer jeito, tem a questão da preservação da floresta. São projetos concebidos a que sejam vetores de conservação do ambiente.” Monte complementa: “ preciso ter visão pr-ativa, encontrar compensações, restringir o que for absurdo, mas não ser contra simplesmente.” Na tica de Guerreiro, a questão das terras indígenas também não deve ser impeditiva ao desenvolvimento, mas elemento de construção de soluções ao aproveitamento hidroelétrico.

SINDICAL

GO

Trinta anos de luta e conquistas

No dia 11 de dezembro, os engenheiros comemorarão os 30 anos de fundação do Senge-GO, criado em 1976 por um grupo de profissionais que integravam a antiga Associação dos Engenheiros do Estado de Goiás. Segundo Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, presidente do sindicato, até hoje sete presidentes estiveram à frente da entidade, “com administrações marcadas pela defesa dos direitos e interesses dos engenheiros”. Atualmente, informa ele, oferece benefícios como assessoria jurídica trabalhista em geral, tratamento odontológico (com consultório na sede) e planos de saúde aos associados e dependentes. Porém, “o maior objetivo é buscar a união da categoria, salários dignos, sua valorização e mostrar à sociedade a importância dos profissionais dessa classe”, assegura Azevedo.

MT

Luta pelo pagamento do piso

Visando restabelecer o salário mínimo profissional em Mato Grosso, o sindicato notificará o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para fazer a fiscalização junto às empresas para que cumpram a Lei 4.950-A/66, informou Luiz Benedito de Lima Neto, presidente do Senge-MT. A regra garante aos engenheiros e profissionais da área tecnológica um piso equivalente a nove salários mínimos por oito horas de trabalho. As prefeituras não pagam e muitas empresas também relutam em aplicá-la.

PA

Ação civil pública contra terceirização

O Senge e o Sindicato dos Urbanitários do Pará, como litisconsortes, entraram com ação civil pública contra a terceirização das atividades-fim da Celpa (Centrais Elétricas do Pará). Ela foi ajuizada em 8 de novembro e a primeira audiência ocorrerá no dia 6 de dezembro, no TRT-PA. Na ação, a assessoria jurídica das entidades informa que hoje a Celpa tem contrato com pelo menos dez empresas e gasta 5% de seu faturamento com elas, enquanto o custo com os trabalhadores próprios é de 3%. Entre as atividades terceirizadas, estão manutenção de redes elétricas e da transmissão, plantão permanente, fiscalização, cortes, ligações e religações. Todas são atividades-fim de qualquer distribuidora de energia e requerem mão-de-obra especializada devido à complexidade e risco de sua execução, garante Eugenia Maria Santos von Paumgartten, diretora do Senge.

MA

Jackson Lago recebe “Cresce Brasil”

Os dirigentes do Senge-MA reuniram-se em outubro último com os coordenadores da campanha do governador eleito do Estado, Jackson Lago (PDT). Na ocasião, Edson Vidigal, ex-ministro do Supremo Tribunal de Justiça, João Evangelista, presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão, e Rubem Brito, deputado estadual pelo PDT, receberam o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, aprovado no VI Congresso Nacional dos Engenheiros. No encontro, também entrou em pauta a Lei 5.194, que estabelece que cargos e funções, comissionados ou não, da administração direta ou indireta da União, estados e municípios que exijam conhecimentos técnicos de engenharia, arquitetura ou agronomia são privativos dos profissionais registrados nos Creas (Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). Segundo Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge, com a eleição de Lago, a expectativa é que a regra seja cumprida, assim como a que determina a Anotação de Responsabilidade Técnica.

MS

Empossada nova diretoria

No dia 5 de outubro, aconteceu a posse da nova direção do Senge Mato Grosso do Sul, eleita no dia 2 do mesmo mês. Sob o comando de Arthur Chinzarian, compõem a diretoria executiva no triênio 2006-2009 Múcio José Ramos Teixeira e Jean Saliba (1º e 2º vice-presidentes), Neide Delamare Cardoso e José Carlos Mesquita (1ª e 2ª secretários), Auro Simões Pólvora e Ivan Pedro Martins (1º e 2º tesoureiros).

AL

Engenheiros são eleitos deputados

Os diretores do Senge-AL e da FNE parabenizam Judson Cabral pela eleição a deputado estadual de Alagoas pelo PT. Ex-presidente do Senge e ex-tesoureiro da FNE, atualmente é vereador na cidade de Maceió. Congratularam também Joaquim Beltrão, pela expressiva votação que recebeu para deputado federal pelo PMDB. Ex-prefeito da cidade de Coruripe, é membro do quadro técnico da Companhia Energética de Alagoas e filiado ao Senge. A expectativa é que os parlamentares defendam as bandeiras de luta da categoria nos âmbitos federal e estadual.

RN

Natal sedia reunião da FNE

A reunião mensal da diretoria da federação aconteceu no dia 14 de novembro no Senge-RN. Além de assuntos administrativos, foram debatidos a nova composição do Congresso Nacional e o segundo governo Lula, frente às propostas de reformas sindical e trabalhista, informou Augusto César de Freitas Barros, presidente do sindicato (até o dia 28 do mesmo mês quando terminou seu mandato) e diretor de Planejamento e Relações Internas da FNE. Antônio Augusto de Queiroz, do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), fez uma análise sobre a eleição, a nova composição da Câmara Federal e os desafios do presidente reeleito. O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto destacou o importante papel que a categoria pode desempenhar ao militar pela implantação das propostas contidas no manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, aprovado no VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros). Participaram da atividade dos engenheiros representantes da CUT estadual (Central Única dos Trabalhadores), da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) e de outras entidades locais.

Nova equipe

No dia 28 de novembro, ocorreu a posse administrativa da direção do Senge-RN, eleita no dia 27 de outubro à gestão 2006-2009. O novo presidente é Modesto Ferreira dos Santos Filho. A diretoria executiva é integrada por Marcos José Rodrigues Farias e Augusto César de Freitas Barros (1º e 2º vice-presidentes), Railton da Costa Salústio e Vicente Caldas de Amorim Sobrinho (1º e 2º tesoureiros), Vera Lucia de Lima Gomes e José Jácome Neto (1º e 2º secretários).

SC

Firmado convênio com a Unimed

O Senge-SC, em parceria com a Unimed Florianópolis, coloca ao alcance de seus filiados planos de saúde. De acordo com José Carlos Rauen, presidente do sindicato, essa é a realização de mais um compromisso de gestão “que vem em benefício direto dos profissionais e seus familiares em condições vantajosas”. Para utilizá-lo, é preciso ser associado e estar em dia com o sindicato. Informações pelo telefone (48) 3222-2965.

Rauen representa presidente da FNE

Nos dias 27 e 28 de novembro, ocorreu a sexta reunião ordinária do colégio de presidentes do Sistema Confea-Creas, no Majestic, em Florianópolis. Estavam presentes cerca de 80 pessoas, entre as quais 26 presidentes de Creas, autoridades e diretores do Conselho Regional local. Na ocasião, o presidente do Senge-SC, José Carlos Rauen, representou Murilo Celso de Campos

Pinheiro, presidente da FNE, com o objetivo de apresentar a campanha do salário mínimo profissional.

ENTREVISTA

Numa escalada insana, a humanidade rumo para a destruição do mundo em que vive e, obviamente, a sua própria. O alerta é feito pelo professor, pesquisador e pró-reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Mohamed Habib. Autor de inúmeros trabalhos sobre meio ambiente, ele defende uma mudança radical no atual modelo de desenvolvimento, que não leva em consideração os limites do planeta.

Em entrevista a Engenheiro, Habib afirma que tal meta só será alcançada por um esforço que promova a redistribuição das riquezas dentro de cada país e globalmente. Para superar a desigualdade, afirma ele, o homem terá de vencer a sua própria índole, instintivamente competitiva e perigosa.

O senhor tem feito um enfático alerta para a necessidade de preservar os recursos naturais. O homem está colocando o planeta em risco?

Quando falamos da relação da nossa espécie com o ambiente, precisamos entender uma questão básica e fundamental, a limitação de alteração desse ambiente. Há 200 anos, isso não era uma preocupação porque nosso estilo de vida era totalmente sustentável. Consumíamos recursos naturais numa velocidade muito mais lenta do que a da natureza ao gerá-los. No entanto, de 200 anos pra cá, principalmente nas últimas cinco ou seis décadas, isso mudou radicalmente e a humanidade pegou uma direção que eu chamo de suicida. Em primeiro lugar, a sustentabilidade está em risco, porque os recursos são consumidos muito mais rapidamente do que são gerados. Além das atividades transformadoras, muitas das quais alteram o ambiente permanentemente, com contaminação da água, solo e ar, há riscos como os oferecidos pelas ogivas nucleares, que podem tirar a vida do planeta pelo menos 200 vezes.

E como entram os problemas sociais nessa questão?

Um quinto da humanidade vive muito bem às custas da desgraça e do sofrimento dos outros quatro quintos. Essa exclusão social, que leva à violência, é mais uma ameaça que torna suicida nosso modelo de desenvolvimento. Assim, corremos o risco de cair em desgraça pelo esgotamento de recursos, pela desqualificação do ambiente ou a partir da exclusão social assustadora. No Brasil, por exemplo, a violência, o crime organizado, as drogas, o PCC são sintomas de uma doença maior, que é essa concentração econômica absurda. Vivemos numa

sociedade em que 1% dos brasileiros são proprietários de 53% das riquezas do País. Na outra ponta, 10% não têm absolutamente nada. Para se ter uma idéia, nos Estados Unidos, a parcela mais rica só tem controle sobre 26% das riquezas. Será que a nossa elite é mais inteligente que a de lá? Não, é mais ingênua e menos qualificada. Nos EUA, os ricos levam em conta que seu conforto e tranqüilidades só podem ser assegurados se a outra ponta tiver o que comer, senão ela explode. É preciso que os poderosos do Brasil, que têm muito, abram mão um pouquinho para aquele que não tem nada.

Mas como conseguir implantar no País uma agenda de distribuição, tendo em vista sua história marcada pela desigualdade?

Isso não é uma questão só nacional. O Brasil não conseguirá isoladamente fazer o seu projeto de desenvolvimento sustentável, até porque o senhor George W. Bush, interessado nos nossos recursos naturais, como as reservas de água, não vai deixar. Se considerarmos o gasto de unidades de recursos num determinado tempo, temos a seguinte relação: um africano consome uma unidade, um brasileiro, 25, e um estadunidense, 350. A redistribuição tem que ser feita a partir desses que consomem demais. Se os países centrais não adquirirem uma postura ética, de respeito ao outro, a desgraça atual continuará no mundo inteiro. Assim, é preciso alterar a concepção planetária da nossa relação com o ambiente e uns com os outros e as leis e normas internacionais devem nos levar a essa mudança pacificamente. É preciso democratizar órgãos como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OMC (Organização Mundial do Comércio).

E qual seria a tarefa local para essa mudança global?

O Brasil precisa fortalecer as suas relações com todos os países da América Latina, aliar-se à África e à Ásia pobre. Esses 80% da humanidade, que padecem os mesmos problemas, precisam se unir para superá-los. Os sintomas variam de uma região para outra, mas a doença é a mesma. É preciso combater o imperialismo, que hoje tem como alvo preferencial os países árabes e o petróleo, que os Estados Unidos garantem por relações diplomáticas, corrupção dos líderes do Oriente Médio ou pela força. Mas já foram os índios do oeste americano, depois o México, de quem pegaram metade do território, e mais tarde os comunistas, durante a Guerra Fria. Se bobearmos e deixarmos essa seqüência entrar em um novo capítulo, poderá ser a vez da América Latina e sua biodiversidade. Aí vai ser uma catástrofe, porque o mundo acabará, já estamos bem próximos da linha limite da sustentabilidade. O que é essa palhaçada na tríplice fronteira com a presença dos Estados Unidos para combater terrorismo? É preciso que aconteça um processo em cada sociedade visando eleger governos nacionalistas, honestos, sensatos, corajosos, progressistas, que defendam os direitos de seus povos. Temos que investir na educação, estabelecer leis que exijam mais ética, mais responsabilidade de todo e qualquer cidadão, independentemente da posição que ele ocupa.

O senhor é otimista em relação à possibilidade de conseguir tal transformação?

É claro que estamos sonhando com um projeto que vem na contramão da nossa própria natureza. Somos uma espécie excludente e competitiva por instinto. O homo sapiens primitivo acabou com todos os primatas próximos dele, como o homem de Neanderthal. Ele caçava e acabava com populações inteiras. A nossa violência é de natureza intelectual, a mais perigosa de todas. Mas temos que aprender nem que seja a partir da catástrofe já em curso. Precisamos nos disciplinar no sentido de sermos mais solidários, fraternos e tolerantes.

C&T

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), entidade ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, mantém o Programa de Subvenção Econômica à Inovação, lançado em setembro de 2006, que trata da concessão de recursos financeiros de natureza não-reembolsável para empresas públicas ou privadas que desenvolvam projetos de inovação estratégicos para o País. Essa modalidade de apoio está sendo realizada pela primeira vez no Brasil a partir da aprovação e regulamentação da Lei da Inovação (10.903/04) e da Lei do Bem (11.196/05).

De acordo com Rogério Amaury de Medeiros, superintendente da Área de Planejamento da Finep, o programa é composto por três instrumentos que liberarão recursos no valor total de R\$ 510 milhões, previstos para serem aplicados nos orçamentos federais correspondentes aos exercícios de 2006, 2007 e 2008.

Ele explicou que o primeiro instrumento foi a chamada pública de Subvenção Econômica à Inovação, encerrada em outubro. Essa estabeleceu como meta temas prioritários de interesse ao desenvolvimento tecnológico do País, para os quais disponibilizará R\$ 300 milhões – significativos, mas longe de contemplar as mais de mil propostas enviadas que demandariam recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

O segundo instrumento foi a Chamada Pública do Pape (Programa de Apoio à Pesquisa em Empresa), que tem recursos de até R\$ 150 milhões para a “promoção da descentralização operacional da subvenção econômica a micro e pequenas empresas através do credenciamento de parceiros regionais, estaduais ou locais”, conforme definição de Medeiros. Entre as 85 instituições que se candidataram, 31 foram selecionadas. Suas propostas completas de execução foram entregues no último dia 20 de novembro, quando teve início a segunda etapa de julgamento.

O terceiro instrumento, lançado na segunda quinzena de novembro, é a carta-convite para Subvenção ao Pesquisador na Empresa, destinada a apoiar a contratação de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, para a execução de projetos de inovação dentro das companhias. O montante oferecido é de R\$ 60 milhões.

Limitações

Pouco entusiasmado com as novas subvenções, o diretor executivo da Anpei (Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras), Olívio Ávila, considera que, com a Lei da Inovação e a iniciativa da Finep, “o Brasil apenas se iguala aos demais países com iniciativas semelhantes, mas já executadas há muito mais tempo”. Ele também criticou o prazo de 40 dias, que considerou exíguo, para apresentação das propostas.

Na sua opinião, faltou ainda maior divulgação. Segundo ele, a Anpei, que representa 120 médias e grandes empresas principalmente no Sudeste, vem trabalhando junto a suas associadas para auxiliar na compreensão e difusão dos incentivos. De acordo com Ávila, as áreas que mais mobilizam as empresas inovadoras que enviaram propostas à Finep são as de software, novas matrizes energéticas, petroquímica, aeronáutica, bens de capital, eletroeletrônica e agropecuária. Na sua opinião, é preciso ainda rever alguns aspectos da Lei da Inovação. Segundo ele, muitas empresas ficam excluídas de alguns processos, especialmente quando o incentivo diz respeito à dedução no Imposto de Renda. A lei impede, afirma o diretor da Anpei, a dedução em anos posteriores e os cálculos são feitos sob o regime de lucro real, “quando as companhias de menor porte trabalham com o presumido”. Além disso, “quando uma empresa está investindo fortemente em pesquisa e é nova no mercado, geralmente registra períodos de prejuízo nos balanços”.

Também é problemática, na sua avaliação, a exigência de contrapartida das companhias, “que pode chegar a até seis vezes o valor destinado pela Finep”. Contudo, ele defende que é preciso assegurar a qualidade das propostas e não apenas calcular o volume encaminhado.